

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas**

PARECER DO GRUPO TÉCNICO

CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETO

Procedimento de manifestação de interesse – PMI para apresentação de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica-regulatória para efficientização, implantação, gestão, operação e manutenção de geração de energia para atender a demanda energética nos prédios e equipamentos públicos do município de Petrópolis/RJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas

1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho de Apoio ao Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas (CGP), em observância ao Edital, reuniu-se sistematicamente nos últimos 120 (cento e vinte) dias, para avaliação dos dois projetos apresentados, ambos de forma tempestiva, conforme previsão ao cronograma vigente.

Ainda, em virtude da calamidade pública, tais prazos foram suspensos, conforme conveniência da Administração Municipal, de forma com que as visitas técnicas por todas as participantes, aos prédios públicos, não ficassem prejudicadas.

Com base nas premissas do edital de Chamamento Público e no respectivo Termo de Referência, os Estudos serão avaliados, sob o prisma de quatro áreas temáticas:

- A) Modelagem Técnica
- B) Modelagem Econômico-Financeira
- C) Modelagem Ambiental
- D) Modelagem Jurídica-Regulatória

A avaliação dos Estudos, a cargo do Grupo de Trabalho de Apoio ao Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas (CGP), foi feita a partir dos critérios ora apresentados e observando as disposições do Edital de Chamamento Público.

A presente avaliação foi realizada de forma a inicialmente identificar o marco-regulatório do setor de iluminação pública em âmbito nacional e municipal, buscando pontuar da forma mais equânime e justa, a melhor solução ao Município que possibilite adequar o sistema de efficientização energética dos próprios municipais.

As métricas estabelecidas, como critério de pontuação, integram a presente avaliação, de forma com que a avaliação de cada integrante esteja constando no presente documento, sem a devida identificação dos quatro integrantes, e a partir disso, a consolidação da nota final de cada participante.

A seguir estão dispostas a fundamentação de cada métrica, na sequência a pontuação de cada avaliador, resultando na nota final de cada participante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas

2 MODELAGEM TÉCNICA

A modelagem técnica foi o âmago dessa avaliação, apresentando dois projetos distintos, tanto que refletirá em concepções distintas, enquanto que a primeira participante (Consórcio Energia Sustentável Petrópolis) prevê apenas uma usina fotovoltaica, e a segunda (Consórcio Petrópolis Solar) duas unidades.

Outro aspecto relevante, é a dimensão das usinas, díspares entre si, o que nos leva a avaliar a viabilidade de cada projeto, e conceituá-las de forma distinta.

O levantamento dos prédios públicos foi um diferencial do primeiro ao segundo consórcio. A partir disso, assegurou-se a eficiência energética dos prédios públicos pela primeira participante.

Um item relevante, foi a previsão de incrementos pela primeira participante, assegurando maior sustentabilidade ao projeto, nesse quesito, há a previsão de percentual – 0,7% (sete décimos por cento) – a ser aplicado em ações de sustentabilidade, permitindo projetos com a comunidade.

3 MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

A presente avaliação pelos membros do Grupo Técnico, em apartada análise por cada membro, resultou em pontuação diversa a cada participante. Insta ressaltar que a modelagem econômico-financeira que assegurará o sucesso e a viabilidade do presente empreendimento.

O Consórcio Energia Sustentável Petrópolis, apresentou de forma mais profunda as nuances do mercado, sobretudo aos indicadores econômicos, permitindo um estudo mais profundo na capitalização e na Taxa Interna de Retorno da futura Parceira Público-Privada.

Fator que pesa nessa decisão, foi o estudo sobre a modelagem econômica, diferindo ambas, levando a uma avaliação diferenciada ao citado consórcio.

4 MODELAGEM AMBIENTAL

Ambos os trabalhos apresentados demonstram as vantagens da efficientização energética dos prédios públicos, demonstrando os impactos ambientais, e a vantajosidade à administração municipal.

No que tange ao licenciamento da(s) usina(s) usinas fotovoltaicas, ambas apresentam o mesmo escopo, e segurança jurídica ao licenciamento, uma vez em que o procedimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas

se dará de forma simplificada, conforme legislação vigente.

Nesse quesito, ambos os consórcios receberam o mesmo grau de pontuação, não sendo justo pontuá-las de forma distinta.

5 MODELAGEM JURIDICA-REGULATÓRIA

A presente avaliação foi realizada de forma a inicialmente identificar o marco-regulatório do setor de iluminação pública em âmbito nacional e municipal, buscando pontuar da forma mais equânime e justa, a melhor solução ao Município que possibilite adequar o sistema de eficiência energética dos próprios municipais.

A partir disso, constatou-se que ambas as participantes fazem uso dos mesmos mecanismos jurídicos, apresentando propostas de editais, contratos, garantia e fiscalização similares, a partir disso, resultando em empate.

Apesar disso, os estudos do Consórcio Energia Sustentável Petrópolis foi o escolhido pelos membros do Grupo de Avaliação Técnica.

A primeira participante se alicerça pela Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, permitindo maior segurança aos componentes tarifários pelos próximos anos.

6 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Nesse tópico, apresentamos o quadro de avaliação de cada avaliador, sem expô-los, assegurando a imparcialidade e impessoalidade no julgamento de cada membro.

6.1. Avaliador (1):

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS - AVALIAÇÃO	
		CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO PETRÓPOLIS SOLAR
1.	Diretrizes Gerais (média dos itens 1.1 à 1.9)	12,33	11,67
1.1.	Levantamento prévio de soluções técnicas existentes em estudos similares no Brasil, descrevendo-se casos de sucesso	15	15
1.2.	Estudo e Análise pertinentes das condições dos Prédios Públicos	15	9
1.3.	Estudo e Análise preliminar dos impactos ambientais, caso hajam	9	9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas**

1.4.	Listagem preliminar dos licenciamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos ou unidades geradoras de energia, caso hajam	9	9
1.5.	redução de despesas relacionadas ao uso de energia, além de soluções sustentáveis para as fontes de energia	15	15
1.6.	Avaliação da uniformidade da iluminação nos Prédios Públicos (fator de uniformidade)	15	15
1.7.	Análise da eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue	15	15
1.8.	Identificação do modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações da futura empresa contratada	9	9
1.9.	Identificação de meios de controle e automação para garantir a transparência da informação e da gestão	9	9
2.	Modelagem Técnica (média dos itens 2.1 à 2.6)	20,00	18,40
2.1.	Estudo, contendo a demanda de energia atual dos Prédios Públicos e seus consumos (linha de base)	20	20
2.2.	Estudo da oferta/capacidade de geração de energia renovável e os custos envolvidos	20	20
2.3.	Levantamento dos custos de Operação e Manutenção da geração	20	20
2.4.	Análise de riscos técnicos e operacionais	20	20
2.5.	Avaliação da necessidade de migração dos Prédios Públicos para tecnologia LED - Light Emitting Diode	20	12
3.	Modelagem Econômico-Financeira (média dos itens 3.1 à 3.7)	20,00	16,57
3.1.	Estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual	20	20
3.2.	Dimensionamento e valoração de custos e despesas para os Prédios Públicos	20	20
3.3.	Dimensionamento e valoração dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado ao longo do prazo da concessão	20	20
3.4.	Modelo financeiro detalhado	20	12
3.5.	Indicadores financeiros (TIR, Payback)	20	12
3.6.	Relatório explicativo da modelagem financeira	20	12
3.7.	Cronograma de receitas e despesas	20	20
4.	Modelagem Ambiental (média dos itens 4.1 à 4.4)	6,00	6,00
4.1.	Condições e questões ambientais locais considerando impactos do consumo energético e descarte dos equipamentos em desuso	6	6
4.2.	Descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos	6	6
4.3.	Análise de diretrizes regulatórias ambientais	6	6
4.4.	Indicação dos requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental caso necessário	6	6
5.	Modelagem Jurídica-Regulatória (média dos itens 5.1 à 5.18)	19,56	19,56
5.1.	Aspectos legais jurídicos e regulatórios para a geração de energia dentro do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica e a REN 482/2012 ou outra regulação para o modelo sugerido	20	20
5.2.	Termos do edital e da minuta do contrato	20	20
5.3.	Objeto da contratação	20	20
5.4.	Critérios de julgamento da licitação	20	20
5.5.	Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira	20	20
5.6.	Critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista	20	20
5.7.	Prazo e valor estimado do contrato	20	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas**

5.8.	Mecanismo de remuneração dos parceiros e fontes de receitas do parceiro	20	20
5.9.	Matriz de riscos e medidas mitigatórias de eventual responsabilização do Poder Público	20	20
5.10.	Eventuais contrapartidas a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o eventual compartilhamento de receitas	12	12
5.11.	Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória	20	20
5.12.	Sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração	20	20
5.13.	Mecanismo de fiscalização do contrato	20	20
5.14.	Estrutura de garantias	20	20
5.15.	Procedimentos necessários para garantir os direitos dos usuários	20	20
5.16.	Bens reversíveis e outras eventuais regras sobre bens vinculados à contratação	20	20
5.17.	Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos	20	20
5.18.	Aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, considerando, inclusive, a incidência de impostos e outorgas	20	20
6.	Incrementos que melhoram o resultado final / Diferenciais / Aprofundamento nas modelagens	15	15
TOTAL – NOTA FISCAL (somatório dos itens 1 à 6)		92,89	87,20

6.2. Avaliador (2):

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS - AVALIAÇÃO	
		CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO PETRÓPOLIS SOLAR
1.	Diretrizes Gerais (média dos itens 1.1 à 1.9)	14,33	12,33
1.1.	Levantamento prévio de soluções técnicas existentes em estudos similares no Brasil, descrevendo-se casos de sucesso	15,0	15,0
1.2.	Estudo e Análise pertinentes das condições dos Prédios Públicos	15,0	9,0
1.3.	Estudo e Análise preliminar dos impactos ambientais, caso hajam	9,0	9,0
1.4.	Listagem preliminar dos licenciamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos ou unidades geradoras de energia, caso hajam	15,0	15,0
1.5.	redução de despesas relacionadas ao uso de energia, além de soluções sustentáveis para as fontes de energia	15,0	9,0
1.6.	Avaliação da uniformidade da iluminação nos Prédios Públicos (fator de uniformidade)	15,0	9,0
1.7.	Análise da eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue	15,0	15,0
1.8.	Identificação do modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações da futura empresa contratada	15,0	15,0
1.9.	Identificação de meios de controle e automação para garantir a transparência da informação e da gestão	15,0	15,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas

2.	Modelagem Técnica (média dos itens 2.1 à 2.6)	20,0	16,8
2.1.	Estudo, contendo a demanda de energia atual dos Prédios Públicos e seus consumos (linha de base)	20,0	12,0
2.2.	Estudo da oferta/capacidade de geração de energia renovável e os custos envolvidos	20,0	20,0
2.3.	Levantamento dos custos de Operação e Manutenção da geração	20,0	20,0
2.4.	Análise de riscos técnicos e operacionais	20,0	20,0
2.5.	Avaliação da necessidade de migração dos Prédios Públicos para tecnologia LED - Light Emitting Diode	20,0	12,0
3.	Modelagem Econômico-Financeira (média dos itens 3.1 à 3.7)	20,0	17,71
3.1.	Estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual	20,0	20,0
3.2.	Dimensionamento e valoração de custos e despesas para os Prédios Públicos	20,0	20,0
3.3.	Dimensionamento e valoração dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado ao longo do prazo da concessão	20,0	20,0
3.4.	Modelo financeiro detalhado	20,0	12,0
3.5.	Indicadores financeiros (TIR, Payback)	20,0	12,0
3.6.	Relatório explicativo da modelagem financeira	20,0	20,0
3.7.	Cronograma de receitas e despesas	20,0	20,0
4.	Modelagem Ambiental (média dos itens 4.1 à 4.4)	10,0	10,0
4.1.	Condições e questões ambientais locais considerando impactos do consumo energético e descarte dos equipamentos em desuso	10,0	10,0
4.2.	Descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos	10,0	10,0
4.3.	Análise de diretrizes regulatórias ambientais	10,0	10,0
4.4.	Indicação dos requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental caso necessário	10,0	10,0
5.	Modelagem Jurídica-Regulatória (média dos itens 5.1 à 5.18)	20,0	20,0
5.1.	Aspectos legais jurídicos e regulatórios para a geração de energia dentro do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica e a REN 482/2012 ou outra regulação para o modelo sugerido	20,0	20,0
5.2.	Termos do edital e da minuta do contrato	20,0	20,0
5.3.	Objeto da contratação	20,0	20,0
5.4.	Critérios de julgamento da licitação	20,0	20,0
5.5.	Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira	20,0	20,0
5.6.	Critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista	20,0	20,0
5.7.	Prazo e valor estimado do contrato	20,0	20,0
5.8.	Mecanismo de remuneração dos parceiros e fontes de receitas do parceiro	20,0	20,0
5.9.	Matriz de riscos e medidas mitigatórias de eventual responsabilização do Poder Público	20,0	20,0
5.10.	Eventuais contrapartidas a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o eventual compartilhamento de receitas	20,0	20,0
5.11.	Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória	20,0	20,0
5.12.	Sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração	20,0	20,0
5.13.	Mecanismo de fiscalização do contrato	20,0	20,0
5.14.	Estrutura de garantias	20,0	20,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias

Público-Privadas

5.15.	Procedimentos necessários para garantir os direitos dos usuários	20,0	20,0
5.16.	Bens reversíveis e outras eventuais regras sobre bens vinculados à contratação	20,0	20,0
5.17.	Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos	20,0	20,0
5.18.	Aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, considerando, inclusive, a incidência de impostos e outorgas	20,0	20,0
6.	Incrementos que melhoram o resultado final / Diferenciais / Aprofundamento nas modelagens	15,0	15,0
TOTAL – NOTA FISCAL (somatório dos itens 1 à 6)		99,33	91,84

6.3. Avaliador (3):

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS - AVALIAÇÃO	
		CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO PETRÓPOLIS SOLAR
1.	Diretrizes Gerais (média dos itens 1.1 à 1.9)	13,00	10,66
1.1.	Levantamento prévio de soluções técnicas existentes em estudos similares no Brasil, descrevendo-se casos de sucesso	15,0	15,0
1.2.	Estudo e Análise pertinentes das condições dos Prédios Públicos	15,0	4,5
1.3.	Estudo e Análise preliminar dos impactos ambientais, caso hajam	9,0	9,0
1.4.	Listagem preliminar dos licenciamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos ou unidades geradoras de energia, caso hajam	15,0	15,0
1.5.	redução de despesas relacionadas ao uso de energia, além de soluções sustentáveis para as fontes de energia	15,0	9,0
1.6.	Avaliação da uniformidade da iluminação nos Prédios Públicos (fator de uniformidade)	9,0	4,5
1.7.	Análise da eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue	15,0	15,0
1.8.	Identificação do modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações da futura empresa contratada	15,0	15,0
1.9.	Identificação de meios de controle e automação para garantir a transparência da informação e da gestão	9,0	9,0
2.	Modelagem Técnica (média dos itens 2.1 à 2.6)	20,0	14,0
2.1.	Estudo, contendo a demanda de energia atual dos Prédios Públicos e seus consumos (linha de base)	20,0	12,0
2.2.	Estudo da oferta/capacidade de geração de energia renovável e os custos envolvidos	20,0	20,0
2.3.	Levantamento dos custos de Operação e Manutenção da geração	20,0	12,0
2.4.	Análise de riscos técnicos e operacionais	20,0	20,0
2.5.	Avaliação da necessidade de migração dos Prédios Públicos para tecnologia LED - Light Emitting Diode	20,0	6,0
3.	Modelagem Econômico-Financeira (média dos itens 3.1 à 3.7)	20,0	16,57
3.1.	Estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual	20,0	20,0
3.2.	Dimensionamento e valoração de custos e despesas para os Prédios Públicos	20,0	12,0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias

Público-Privadas

3.3.	Dimensionamento e valoração dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado ao longo do prazo da concessão	20,0	20,0
3.4.	Modelo financeiro detalhado	20,0	12,0
3.5.	Indicadores financeiros (TIR, Payback)	20,0	12,0
3.6.	Relatório explicativo da modelagem financeira	20,0	20,0
3.7.	Cronograma de receitas e despesas	20,0	20,0
4.	Modelagem Ambiental (média dos itens 4.1 à 4.4)	9,0	9,0
4.1.	Condições e questões ambientais locais considerando impactos do consumo energético e descarte dos equipamentos em desuso	6,0	6,0
4.2.	Descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos	10,0	10,0
4.3.	Análise de diretrizes regulatórias ambientais	10,0	10,0
4.4.	Indicação dos requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental caso necessário	10,0	10,0
5.	Modelagem Jurídica-Regulatória (média dos itens 5.1 à 5.18)	20,0	20,0
5.1.	Aspectos legais jurídicos e regulatórios para a geração de energia dentro do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica e a REN 482/2012 ou outra regulação para o modelo sugerido	20,0	20,0
5.2.	Termos do edital e da minuta do contrato	20,0	20,0
5.3.	Objeto da contratação	20,0	20,0
5.4.	Critérios de julgamento da licitação	20,0	20,0
5.5.	Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira	20,0	20,0
5.6.	Critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista	20,0	20,0
5.7.	Prazo e valor estimado do contrato	20,0	20,0
5.8.	Mecanismo de remuneração dos parceiros e fontes de receitas do parceiro	20,0	20,0
5.9.	Matriz de riscos e medidas mitigatórias de eventual responsabilização do Poder Público	20,0	20,0
5.10.	Eventuais contrapartidas a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o eventual compartilhamento de receitas	20,0	20,0
5.11.	Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória	20,0	20,0
5.12.	Sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração	20,0	20,0
5.13.	Mecanismo de fiscalização do contrato	20,0	20,0
5.14.	Estrutura de garantias	20,0	20,0
5.15.	Procedimentos necessários para garantir os direitos dos usuários	20,0	20,0
5.16.	Bens reversíveis e outras eventuais regras sobre bens vinculados à contratação	20,0	20,0
5.17.	Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos	20,0	20,0
5.18.	Aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, considerando, inclusive, a incidência de impostos e outorgas	20,0	20,0
6.	Incrementos que melhoram o resultado final / Diferenciais / Aprofundamento nas modelagens	15,0	15,0
TOTAL – NOTA FISCAL (somatório dos itens 1 à 6)		97,0	85,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas

6.4. Avaliador (4):

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS - AVALIAÇÃO	
		CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO PETRÓPOLIS SOLAR
1.	Diretrizes Gerais (média dos itens 1.1 à 1.9)	13	11
1.1.	Levantamento prévio de soluções técnicas existentes em estudos similares no Brasil, descrevendo-se casos de sucesso	15	15
1.2.	Estudo e Análise pertinentes das condições dos Prédios Públicos	15	9
1.3.	Estudo e Análise preliminar dos impactos ambientais, caso hajam	9	9
1.4.	Listagem preliminar dos licenciamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos ou unidades geradoras de energia, caso hajam	9	9
1.5.	redução de despesas relacionadas ao uso de energia, além de soluções sustentáveis para as fontes de energia	15	15
1.6.	Avaliação da uniformidade da iluminação nos Prédios Públicos (fator de uniformidade)	15	9
1.7.	Análise da eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue	9	9
1.8.	Identificação do modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações da futura empresa contratada	15	9
1.9.	Identificação de meios de controle e automação para garantir a transparência da informação e da gestão	15	15
2.	Modelagem Técnica (média dos itens 2.1 à 2.6)	20	15,2
2.1.	Estudo, contendo a demanda de energia atual dos Prédios Públicos e seus consumos (linha de base)	20	12
2.2.	Estudo da oferta/capacidade de geração de energia renovável e os custos envolvidos	20	20
2.3.	Levantamento dos custos de Operação e Manutenção da geração	20	20
2.4.	Análise de riscos técnicos e operacionais	20	12
2.5.	Avaliação da necessidade de migração dos Prédios Públicos para tecnologia LED - Light Emitting Diode	20	12
3.	Modelagem Econômico-Financeira (média dos itens 3.1 à 3.7)	20	16,57
3.1.	Estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual	20	20
3.2.	Dimensionamento e valoração de custos e despesas para os Prédios Públicos	20	12
3.3.	Dimensionamento e valoração dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado ao longo do prazo da concessão	20	20
3.4.	Modelo financeiro detalhado	20	12
3.5.	Indicadores financeiros (TIR, Payback)	20	12
3.6.	Relatório explicativo da modelagem financeira	20	20
3.7.	Cronograma de receitas e despesas	20	20
4.	Modelagem Ambiental (média dos itens 4.1 à 4.4)	10	10
4.1.	Condições e questões ambientais locais considerando impactos do consumo energético e descarte dos equipamentos em desuso	10	10
4.2.	Descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos	10	10
4.3.	Análise de diretrizes regulatórias ambientais	10	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

**Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas**

4.4.	Indicação dos requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental caso necessário	10	10
5.	Modelagem Jurídica-Regulatória (média dos itens 5.1 à 5.18)	20	20
5.1.	Aspectos legais jurídicos e regulatórios para a geração de energia dentro do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica e a REN 482/2012 ou outra regulação para o modelo sugerido	20	20
5.2.	Termos do edital e da minuta do contrato	20	20
5.3.	Objeto da contratação	20	20
5.4.	Critérios de julgamento da licitação	20	20
5.5.	Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira	20	20
5.6.	Critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista	20	20
5.7.	Prazo e valor estimado do contrato	20	20
5.8.	Mecanismo de remuneração dos parceiros e fontes de receitas do parceiro	20	20
5.9.	Matriz de riscos e medidas mitigatórias de eventual responsabilização do Poder Público	20	20
5.10.	Eventuais contrapartidas a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o eventual compartilhamento de receitas	20	20
5.11.	Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória	20	20
5.12.	Sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração	20	20
5.13.	Mecanismo de fiscalização do contrato	20	20
5.14.	Estrutura de garantias	20	20
5.15.	Procedimentos necessários para garantir os direitos dos usuários	20	20
5.16.	Bens reversíveis e outras eventuais regras sobre bens vinculados à contratação	20	20
5.17.	Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos	20	20
5.18.	Aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, considerando, inclusive, a incidência de impostos e outorgas	20	20
6.	Incrementos que melhoram o resultado final / Diferenciais / Aprofundamento nas modelagens	15	9
TOTAL – NOTA FISCAL (somatório dos itens 1 à 6)		98	81,77

7 AVALIAÇÃO FINAL

A partir da avaliação individual dos membros do Grupo de Avaliação, apresenta-se a avaliação final, resultando na escolha do projeto do CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS, de forma integral, conforme quadro detalhado.

Assim, submete-se ao Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas (CGP), para deliberação ao presente Chamamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias

Público-Privadas

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS - AVALIAÇÃO	
		CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL PETRÓPOLIS	CONSÓRCIO PETRÓPOLIS SOLAR
1.	Diretrizes Gerais (média dos itens 1.1 à 1.9)	13,17	11,42
1.1.	Levantamento prévio de soluções técnicas existentes em estudos similares no Brasil, descrevendo-se casos de sucesso	15,00	15,00
1.2.	Estudo e Análise pertinentes das condições dos Prédios Públicos	15,00	7,88
1.3.	Estudo e Análise preliminar dos impactos ambientais, caso hajam	9,00	9,00
1.4.	Listagem preliminar dos licenciamentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos ou unidades geradoras de energia, caso hajam	12,00	12,00
1.5.	redução de despesas relacionadas ao uso de energia, além de soluções sustentáveis para as fontes de energia	15,00	12,00
1.6.	Avaliação da uniformidade da iluminação nos Prédios Públicos (fator de uniformidade)	13,50	9,38
1.7.	Análise da eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue	13,50	13,50
1.8.	Identificação do modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações da futura empresa contratada	13,50	12,00
1.9.	Identificação de meios de controle e automação para garantir a transparência da informação e da gestão	12,00	12,00
2.	Modelagem Técnica (média dos itens 2.1 à 2.6)	20,00	16,10
2.1.	Estudo, contendo a demanda de energia atual dos Prédios Públicos e seus consumos (linha de base)	20,00	14,00
2.2.	Estudo da oferta/capacidade de geração de energia renovável e os custos envolvidos	20,00	20,00
2.3.	Levantamento dos custos de Operação e Manutenção da geração	20,00	18,00
2.4.	Análise de riscos técnicos e operacionais	20,00	18,00
2.5.	Avaliação da necessidade de migração dos Prédios Públicos para tecnologia LED - Light Emitting Diode	20,00	10,50
3.	Modelagem Econômico-Financeira (média dos itens 3.1 à 3.7)	20,00	16,86
3.1.	Estudo de demanda e sua projeção ao longo do prazo contratual	20,00	20,00
3.2.	Dimensionamento e valoração de custos e despesas para os Prédios Públicos	20,00	16,00
3.3.	Dimensionamento e valoração dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado ao longo do prazo da concessão	20,00	20,00
3.4.	Modelo financeiro detalhado	20,00	12,00
3.5.	Indicadores financeiros (TIR, Payback)	20,00	12,00
3.6.	Relatório explicativo da modelagem financeira	20,00	18,00
3.7.	Cronograma de receitas e despesas	20,00	20,00
4.	Modelagem Ambiental (média dos itens 4.1 à 4.4)	8,75	8,75
4.1.	Condições e questões ambientais locais considerando impactos do consumo energético e descarte dos equipamentos em desuso	8,00	8,00
4.2.	Descrição de procedimentos para obtenção de licenciamentos, autorizações e correlatos	9,00	9,00
4.3.	Análise de diretrizes regulatórias ambientais	9,00	9,00
4.4.	Indicação dos requisitos para a obtenção de licenciamento ambiental caso necessário	9,00	9,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS


**Grupo Técnico de Apoio ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias
Público-Privadas**

5.	Modelagem Jurídica-Regulatória (média dos itens 5.1 à 5.18)	19,89	19,89
5.1.	Aspectos legais jurídicos e regulatórios para a geração de energia dentro do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica e a REN 482/2012 ou outra regulação para o modelo sugerido	20,00	20,00
5.2.	Termos do edital e da minuta do contrato	20,00	20,00
5.3.	Objeto da contratação	20,00	20,00
5.4.	Critérios de julgamento da licitação	20,00	20,00
5.5.	Eventuais critérios de qualificação técnica e econômico-financeira	20,00	20,00
5.6.	Critérios para elaboração de proposta técnica, caso prevista	20,00	20,00
5.7.	Prazo e valor estimado do contrato	20,00	20,00
5.8.	Mecanismo de remuneração dos parceiros e fontes de receitas do parceiro	20,00	20,00
5.9.	Matriz de riscos e medidas mitigatórias de eventual responsabilização do Poder Público	20,00	20,00
5.10.	Eventuais contrapartidas a serem pagas à Administração Pública Municipal em razão da exploração da área e dos serviços prestados, tais como eventuais mecanismos de pagamento de outorga, ou o eventual compartilhamento de receitas	18,00	18,00
5.11.	Obrigações das partes, incluindo a eventual descrição de seguros de contratação obrigatória	20,00	20,00
5.12.	Sanções e penalidades aplicáveis às hipóteses de infração	20,00	20,00
5.13.	Mecanismo de fiscalização do contrato	20,00	20,00
5.14.	Estrutura de garantias	20,00	20,00
5.15.	Procedimentos necessários para garantir os direitos dos usuários	20,00	20,00
5.16.	Bens reversíveis e outras eventuais regras sobre bens vinculados à contratação	20,00	20,00
5.17.	Potenciais interfaces institucionais com os agentes envolvidos	20,00	20,00
5.18.	Aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, considerando, inclusive, a incidência de impostos e outorgas	20,00	20,00
6.	Incrementos que melhoram o resultado final / Diferenciais / Aprofundamento nas modelagens	15,00	13,50
TOTAL – NOTA FISCAL (somatório dos itens 1 à 6)		96,81	86,51

Petrópolis, 26 de agosto de 2022


FELIPE AUGUSTO DA CRUZ ROCHA


JUAREZ DOS REIS BORGES


MARCO ANTÔNIO MACHADO DA COSTA


VYRNA JACOMO DE ABREU NUNES

ATA DO GRUPO DE
TRABALHO DE APOIO AO CONSELHO GESTOR DAS
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGP)

O Grupo de Trabalho das Parcerias Público-Privadas se reuniu de forma híbrida, no dia 13 de setembro, às 17h, na Assessoria Especial de Governo do Gabinete do Prefeito, para análise final aos projetos para modelagem da parceria público-privada de eficiência energética nos próprios municipais.

Na presente data, apenas a Sra. Vyrna Jacomo de Abreu Nunes não pode estar presente, mediante justificativa prévia, no entanto, participando de toda construção do parecer final, a ser publicado pelo Departamento de Licitações, Compras e Contratos Administrativos – DELCA, de forma subsequente.

Paralelo à análise do Grupo, deverá se encaminhar ao Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas, para deliberação final.

Após deliberação dos integrantes do Grupo, a partir da solicitação do Exmo. Sr. Prefeito, abordou-se a concessão do Terminal Rodoviário Governador Leonel Brizola, a ser desenvolvido Termo de Referência, para nova concessão.

Todos os integrantes, deverão ao longo do mês de setembro, trabalharem no novo Termo de Referência, permitindo a consolidação no mês de outubro, após consolidação dos trabalhos.




Assim, encerrou-se os presentes trabalhos às 18h, com previsão de trabalho extraordinário por cada integrante do grupo, até a nova reunião.


Petrópolis, 13 de setembro de 2022.



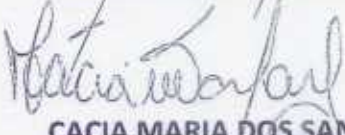
FELIPPE AUGUSTO DA CRUZ ROCHA – Coordenador do GT



MARCO ANTÔNIO MACHADO DA COSTA – Secretário do GT



JUAREZ DOS REIS BORGES



CACIA MARIA DOS SANTOS